

A PERCEPÇÃO DE CASAIS SOBRE A LICENÇA PATERNIDADE

Carolina Heleonora Pilger - Universidade Federal do Pampa

Andrêssa Possati Zaldivar – Secretaria Municipal de Saúde de São Gabriel/Rio Grande do Sul

Natália da Silva Gomes - Universidade Federal do Pampa

Lisie Alende Prates - Universidade Federal do Pampa

RESUMO

Introdução: a aproximação do homem com os cuidados da mulher e do bebê tem sido uma realidade na sociedade contemporânea. Contudo, para que se obtenha uma participação paterna mais ativa, a licença paternidade é fundamental. **Objetivo:** conhecer a percepção de casais sobre a licença paternidade. **Métodos:** pesquisa qualitativa descritiva, realizada em duas Estratégias Saúde da Família. Os dados foram coletados por meio de entrevista semiestruturada e da Técnica de Criatividade e Sensibilidade “Almanaque”. A população do estudo foi composta por dez casais que vivenciavam o puerpério. A análise dos dados seguiu as orientações previstas na proposta operativa. **Resultados:** se sobressaiu o sentimento de preocupação dos companheiros após o término da licença paternidade, sobretudo em relação ao pouco tempo oferecido ao homem para ficar com a companheira e o filho. Após o término da licença, os casais buscaram o apoio de outros membros familiares para a realização dos cuidados direcionados à mulher e ao bebê. **Conclusão:** os achados dessa pesquisa demonstram que o período que a licença paternidade é insuficiente para participação plena e ativa do companheiro nos cuidados com a mulher e com o bebê, especialmente na criação de vínculo.

INTRODUÇÃO

No período puerperal, a mulher pode manifestar maior sensibilidade devido às modificações físicas e psicoemocionais comuns nessa fase. Tais modificações requerem a compreensão e a participação de pessoas próximas à puérpera, dentre elas, o cônjuge (FERREIRA et al, 2016).

A aproximação do homem com os cuidados da mulher e do bebê tem sido uma realidade na sociedade contemporânea. A participação mais ativa é decorrente de transformações significativas, como a luta por igualdade de gênero e a entrada da mulher no mercado de trabalho (CAVALCANTI; HOLANDA, 2019).

Nesse sentido, a relação paterna perpassa o papel de provedor da família, envolvendo outros aspectos, como o apoio emocional à companheira e, principalmente, a interação e a participação no cuidado ao bebê (FERREIRA et al, 2016; CAVALCANTI; HOLANDA, 2019). Visto isso, para que se obtenha uma participação paterna mais ativa e qualificada, no período puerperal da mulher, é fundamental a licença paternidade.

A licença paternidade oferece o direito ao empregado de estar presente nos primeiros dias de vida do recém-nascido, realizando a assistência necessária à mãe e à criança. A licença surgiu a partir da Constituição Federal de 1988, em seu 9º artigo, XIX (BRASIL, 1988). Atualmente, o período se estendeu para cinco dias. Contudo, novas legislações trouxeram mudanças para esse período. A Lei 13.257/2016, que dispõe sobre as políticas públicas para a primeira infância e alterou o Estatuto da Criança e do Adolescente, o Código de Processo Penal, a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), entre outras leis, instituiu o Programa Empresa Cidadã, prorrogando a licença paternidade para quinze dias (BRASIL, 2016). Com base nessas considerações, este estudo teve como objetivo conhecer a percepção de casais sobre a licença paternidade.

MÉTODO

Trata-se de um estudo qualitativo, do tipo descritivo, do tipo pesquisa de campo. O estudo ocorreu entre janeiro e fevereiro de 2017 e teve como cenário duas Estratégias Saúde da Família (ESF) de um município do sul do Rio Grande do Sul.

Os participantes da pesquisa foram dez casais que estavam vivenciando o puerpério. Os critérios de inclusão envolveram casais, maiores de 18 anos, que estavam vivenciando o puerpério, vinculados a uma das ESFs.

Após o convite para participação na pesquisa, esclarecimento dos objetivos do estudo e a operacionalização ética, realizou-se o agendamento de data e local para desenvolver o estudo. Para a produção de dados, utilizou-se entrevista semiestruturada e a Técnica Criativa Sensível (TCS) denominada “Almanaque” (ALVIM; CABRAL, 1999).

A TCS “Almanaque” foi desenvolvida a partir da questão guia: “De que forma você acha que o companheiro/pai participou/participa do período pós-parto de sua companheira?”. A produção de dados foi realizada nas ESFs. As entrevistas foram gravadas após autorização dos participantes, para posterior análise e interpretação dos dados de acordo com a proposta operativa (MINAYO, 2014). Para manter o anonimato, utilizou-se o sistema alfanumérico na apresentação das falas dos participantes, por meio de letra C, de casais, acompanhada de numeração (1, 2, 3...), conforme a ordem das entrevistas.

O estudo respeitou todas as exigências éticas contidas na resolução nº 466/12 do Conselho Nacional de Saúde do Ministério de Saúde, sendo aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal de Santa Maria, com o registro do CAAE 55474116.5.0000.5346.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

De acordo com os depoimentos dos casais, observou-se que se sobressai o sentimento de preocupação após o término da licença paternidade, sobretudo em relação ao pouco tempo que esta oferece ao homem para ficar com a companheira e o filho, conforme os relatos dos pais: *“Não consegui ficar muito tempo depois com ela [parceira] e o bebê, a licença é só cinco dias. Fiquei preocupado de deixá-las sozinhas”* (C3 – Pai) *“Bem complicado esse tempo para eu ficar com ela. Depois dos cinco dias, eu voltei a trabalhar normalmente, mas acabei pedindo para empresa me liberar uns dias e consegui”* (C8 – Pai).

Nessa perspectiva, Bernardi (2017) faz algumas ponderações entre a licença maternidade e a licença paternidade, enquanto que essa última geralmente compreende o período de cinco dias após o nascimento do recém-nascido, podendo ser estendido por mais quinze dias para as empresas incluídas no Programa Empresa Cidadã, a licença maternidade abrange o período de 120 dias podendo esse ser estendido por mais dois meses. A partir dessa interface, observa-se que as responsabilidades igualitárias entre homens e mulheres ainda não demonstraram avanços no Brasil, pois as legislações trabalhistas reforçam a ideia de que o cuidado com o recém-nascido é uma atribuição feminina (BERNARDI, 2017). Em contrapartida, evidencia-se, de acordo com os depoimentos, a necessidade que os companheiros têm de estar presente nesse período. Nesse sentido, salienta-se que a presença paterna no puerpério contribui para a criação de vínculo entre a tríade mãe-pai-filho, permitindo ao homem vivenciar o ritual de passagem para a paternidade (CAVALCANTI; HOLANDA, 2019).

Nessa esteira de pensamento, observa-se que o sentimento de impotência perpassa as respostas dos casais, em que a falta de auxílio após o término da licença paternidade necessitou o apoio de outros membros familiares: *“Foi difícil me acostumar a trabalhar e passar o dia longe da minha mulher com o bebê recém-nascido. Nos primeiros dias, pedia para minha irmã ficar com ela [parceira], senti muita falta de poder ficar junto, cuidar do bebê para ela também”* (C4 – Pai) *“Senti muita falta dele para me ajudar em casa, me alcançar o que precisava. Tive que chamar minha mãe para me ajudar, ela limpava a casa e fazia comida para mim”* (C6 – Puérpera).

A partir dos relatos, pode-se perceber que o papel do homem frente aos cuidados com a puérpera e o bebê. Contudo, o período reduzido propiciado pela licença paternidade impede que os homens possam realizar os cuidados do bebê de forma plena e compartilhada com a mulher. Tal achado corrobora com a pesquisa de Santos et al. (2018), os quais afirmam que, quando o homem participa ativamente no período pós-parto, ocorre a separação igualitária de tarefas e ele está presente na criação do filho, desenvolvendo maior vínculo. Ainda, os participantes do estudo demonstraram sentimentos afetuosos frente à presença constante no período pós-parto das companheiras e filhos. Dessa forma, observa-se que o homem sente a necessidade de zelar pela saúde de sua companheira e do recém-nascido, visando promover o bem-estar de sua família (SANTOS et al., 2018 *apud* SOARES et al., 2015).

Quanto à preocupação em deixar a companheira e o bebê sozinhos, observou-se que os casais buscaram o suporte familiar dos membros da família. Nesse sentido, Romagnolo et al. (2017) destacam que o apoio familiar no pós-parto é importante para criação de uma rede de apoio e suporte social. Ademais, a presença familiar, no período do puerpério, contribui no desenvolvimento de um fator protetivo para a puérpera, aflorando também, sentimentos de afetividade com a família e o parceiro.

CONCLUSÃO

A licença paternidade garante a presença do homem nos primeiros dias de vida do seu filho. Contudo, os achados dessa pesquisa demonstram que o período concedido é insuficiente para participação plena e ativa do companheiro nos cuidados com a mulher e o bebê. Desse modo, ao analisar os depoimentos dos casais, constata-se a importância da presença paterna tanto para auxiliar nos cuidados necessários como também para promover um suporte à puérpera e contribuir para o desenvolvimento de vínculo com a criança. Ademais, destaca-se a importância do apoio e suporte familiar no puerpério, principalmente após o término da licença paternidade, momento no qual a rede de apoio e suporte social mostra-se imprescindível.

REFERÊNCIAS

ALVIM, N.A.T.; CABRAL, I.E. O lugar das plantas medicinais nos espaços privado domiciliar e acadêmico-profissional das enfermeiras. **Escola Anna Nery Revista de Enfermagem**, v.3, n.3(3), p.90-103, 1999.

BERNARDI, D. Paternidade e cuidado: “novos conceitos”, velhos discursos. **Psicologia Revista**, v. 26, n.1, p. 59-80, 2017.

BRASIL. **Constituição Federal** (1988). Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm> Acesso em: 4 de agosto de 2020.

_____. **Lei número 13.257, de 8 de março de 2016**. Disponível em:<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2016/lei/L13257.htm> Acesso em: 04 de agosto de 2020.

CAVALCANTI, T.R.L.; HOLANDA, V.R. Participação paterna no ciclo gravídico-puerperal e seus efeitos sobre a saúde da mulher. **Enfermagem em Foco**, v.10, n.1, p.93-98, 2019.

FERREIRA, I.S. et al. Percepções de gestantes acerca da atuação dos parceiros nas consultas de pré-natal. **Revista Rene**, v.17, n.3, p.318-323, 2016.

MINAYO, M.C.S. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. 14. ed. São Paulo: Hucitec/ABRASCO; 2014.

SANTOS, C.P. et al. Percepção do pai sobre os reflexos de sua presença desde a concepção ao pós-parto imediato para o casal e recém-nascido. **Revista da Jornada da Pós-Graduação e Pesquisa - Congrega URCAMP**, v. 3, p. 492-509, 2018.

SOARES, R.L.S.F. et al. Ser pai de recém-nascido prematuro na unidade de terapia intensiva neonatal: da parentalidade a paternidade. **Escola Anna Nery Revista de Enfermagem**, v. 19, n. 3, p. 408-416, 2015.

ROMAGNOLO, A.N. et al. A família como fator de risco e de proteção na gestação, parto e pós-parto. **Revista Semina: Ciências Sociais e Humanas**, v. 38, n. 2, p. 133-146, 2017.